

O VIAJANTE CURIOSO: a jovem busca por autonomia e protagonismo

Bruna Maria do Rêgo Troccoli – IESP, rego.bmt@gmail.com

Fabio Bezerra Correia Lima – UFPB, fabioclima@gmail.com

Lucas Barreto de Lima – UFPB, lucasblima2804@gmail.com

RESUMO

O projeto PROTOS - Educação em Direitos Humanos é uma iniciativa que estimula o protagonismo juvenil em escolas públicas abordando conceitos de direitos humanos numa viagem lúdica através do mundo. O projeto visa promover um maior engajamento do público-alvo na discussão dos direitos humanos e na proposição de políticas públicas. Nesta direção, busca-se empoderar os estudantes, permitindo-lhes refletir, criticamente, a respeito das diversas formas de compreensão do mundo pós-moderno e de seus problemas urgentes. A abordagem em sala de aula utiliza uma metodologia inovadora, desenvolvida pela própria equipe do projeto. Criou-se uma viagem lúdica/imaginária na qual os alunos visitam 10 países distintos, em épocas diversas, e lá conhecem as histórias de personagens reais, que contribuíram para o desenvolvimento do tema estudado naquela aula. Cada turma é acompanhada por voluntários do projeto que contam a história e conduzem o grupo nas atividades participativas. Para isso, os alunos são equipados com Mapas Mundi “interativos”, e com o Guia do Viajante Curioso. Composto por dez capítulos, um capítulo para cada aula, o guia contém informações teóricas, culturais e turísticas relacionadas ao tema de Direitos Humanos, o personagem e o local trabalhados, em cada aula. Os temas são construídos em conjunto com os alunos por meio de debates e atividades envolvendo desenhos, produções literárias, manifestações em redes sociais, entre outros. Dessa forma, trabalha-se a fixação do conteúdo, por meio da transposição dos conceitos teóricos para formas práticas de expressão social. Os alunos de melhor desempenho são contemplados com prêmios fornecidos por parceiros do projeto. Até o presente momento, a importância da educação nas manifestações e engajamento social se fortalece no discurso e prática dos alunos. Por fim, com o apoio dos gestores e professores comprometidos, tem-se conseguido transformar o ambiente escolar numa incubadora de jovens pensantes e ativos, num celeiro de experimentos sociais.

Palavras Chave: protagonismo juvenil; educação; inovação.

ABSTRACT

The PROTOS Project - Education in Human Rights is an initiative that encourages youth protagonism in public schools addressing concepts of human rights in a playful journey through the world. The project aims to promote greater audience engagement on human rights discussion and propose public policies. In this direction, we seek to empower students by allowing them to reflect critically on the various ways of understanding the postmodern world and its pressing issues. The approach in class uses an innovative methodology, developed by our project team. A playful/imaginary journey was created in which students visit 10 different countries, at different times, and, once there, they learn about stories of real people who contributed to the matter studied in that class. Each class is guided by project volunteers that tell the story and lead the group in participatory activities. To do so, students are equipped with “interactive” World Maps and the Curious Traveler's Guide, which consists of ten chapters, one for each lesson. The educational guide contains theoretical, cultural and tourism information related to the theme of Human Rights, the character and the location worked in every lesson. Themes are built together with students through discussions and activities involving drawings, literary productions, demonstrations on social networks, among others. Furthermore, it works to strengthen the assimilation of the contents through the implementation of the theoretical concepts to practical forms of social expression. Best performing students are awarded prizes provided by project partners. So far, the importance of education in the demonstrations and social engagement has grown in the discourse and practice of students. Finally, with the support of committed managers and teachers, it has been able to transform the school environment into an incubator of thinking and energetic youth, a barn of social experiments.

Keywords: youth protagonism; education; innovation.

1 INTRODUÇÃO

A educação em direitos humanos (DH), apesar de garantida por diversas Declarações e Convenções internacionais, ainda aparece de forma incipiente em grande parte das escolas de ensino médio brasileiras. Pensando na importância de inserir os jovens nos debates internacionais de direitos humanos, para que pudessem exercer com autonomia e protagonismo o fortalecimento e proteção destes direitos, um grupo de alunos do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, tutorados pela Profa. Dra. Alessandra Franca, fundaram o Protos - educação em direitos humanos.

Este projeto de extensão universitária baseia-se no pilar comunitário da educação superior. Através do Protos, dois alunos bolsistas e onze voluntários – dos cursos de direito e publicidade, puderam colocar em prática os conceitos de DH que estudaram em sala. A iniciativa, no entanto, desdobrou-se em atividades mais além de suas expectativas, como foi o caso da criação de uma metodologia inovadora e do material didático para sua aplicação.

Por se tratar de assunto fora da grade curricular e alheio a muitos estudantes – conforme identificado em pesquisa pré-experimental – percebeu-se que a didática comum da sala de aula, entenda-se, professor depositante e aluno depositado, não seria suficiente para a plena compreensão e aplicação autônoma e proativa dos conceitos.

Desse modo, foram idealizadas a *viagem pelos direitos* direcionada pelo Guia do Viajante Curioso, as rodadas de debate e o Encontro de Protagonistas e Mobilização Social. Ainda, criou-se uma ampla rede de parcerias para viabilizar a produção dos materiais, realização dos eventos e premiações dos alunos com desempenho destacado.

Ao todo, foram dedicadas mais de 1.000 horas para preparação das aulas e 900 horas para pesquisa e confecção do Guia do Viajante Curioso. Abrangendo 7 turmas do 1º ano do ensino médio, em duas escolas públicas da cidade de João Pessoa, conseguiu-se alcançar 270 alunos em cada um dos 10 encontros realizados.

Durante toda a experiência, buscou-se levar de forma lúdica e aplicada conceitos de direitos humanos para que os alunos refletissem sobre suas experiências, seu papel como agente de mudanças sociais e finalmente o papel da própria educação nesta mudança. A sala de aula tornou-se apenas o ponto de partida para na caminhada pela emancipação intelectual e o ativismo social.

2 A EDUCAÇÃO E PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO ADOLESCENTE

A concepção tecnicista da educação há muito deu espaço à ideia de educação como direito social aplicado com qualidade social. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) apontam que o conceito de qualidade da educação é uma construção histórica que assume diferentes significados em tempos e espaços diversos e tem relação com os lugares de onde falam os sujeitos, os grupos sociais a que pertencem, os interesses e os valores envolvidos, os projetos de sociedade em jogo.

A atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei Federal nº 9.394/96, define como finalidades do Ensino Médio a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o trabalho e o exercício da cidadania. Na sequência, foram formuladas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, em 1998, que destacam que as ações administrativas e pedagógicas dos sistemas de ensino e das escolas devem ser coerentes com princípios estéticos, políticos e éticos, abrangendo a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade.

As Diretrizes afirmam que as propostas pedagógicas devem ser orientadas por competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos previstos pelas finalidades do Ensino Médio. Os princípios pedagógicos da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização são adotados como estruturadores dos currículos.

Nesta perspectiva, considerando ainda as noções da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1987), ressalta-se a importância da ação-reflexão no processo de aprendizagem. A educação direcionada à sensibilidade, identidade e cidadania deve passar pelo processo de reflexão autônoma, razão pela qual a perspectiva andragógica da aprendizagem transformadora merece espaço nas salas de aula do Ensino Médio.

Como seres humanos, devemos compreender os significados de nossas experiências. Aprender a fazer nossas próprias interpretações ao invés de agirmos e balizarmo-nos em propósitos, crenças, julgamentos e sentimentos de outros. A aprendizagem transformadora desenvolve o pensamento autônomo (MEZIROW 1994; 2000).

A teoria da aprendizagem transformadora consiste em uma compreensão e complexa descrição de como os aprendizes constroem, validam e reformulam o significado de sua

experiência. A reflexão crítica e o discurso racional, baseados na teoria psicanalítica e na teoria crítica social, são pontos chave na análise.

As fundações lançadas por Freire- pensador e educador pioneiro no campo da andragogia – e apoiadas por Gadotti & Guimarães, propõem um modelo que valoriza a cultura, a criticidade e a inquietude dos alunos, lança as bases da aprendizagem transformadora destacando a necessidade de compreensão da verdadeira causalidade dos fenômenos por meio da interpretação profunda dos problemas vividos, assimilando criticamente a realidade (FREIRE, GADOTTI & GUIMARÃES, 1995).

De acordo com Lima (2013), para que os aprendizes alterem seus “esquemas de significado” (crenças específicas, atitudes e reações emocionais) é preciso que reflitam criticamente sobre suas experiências, o que direciona para uma transformação de perspectiva.

Transformação de perspectiva é o processo de tornar-se criticamente atento para como e por que as suposições delimitam as percepções, entendimentos e sentimentos acerca do mundo, alterando as estruturas-padrão de entendimento para possibilitar uma perspectiva mais abrangente, detalhada e integrada; por fim, escolhendo ou agindo com base nos novos entendimentos.

Mezirow (1991) explica que a transformação de perspectiva é oriunda do processo de reflexão crítica que analisa como e por que a estrutura de pressupostos psicoculturais restringiu a capacidade do indivíduo ver a si próprio e a seus relacionamentos.

A nova compreensão balizará o agir daquele que conseguir reconstruir a estrutura de pressupostos integrando a experiência vivida. A transformação resultante na perspectiva pessoal é o que Freire denomina de conscientização e Habermas de ação emancipatória (MEZIROW, 1991).

A transformação de perspectivas explica como as estruturas de significado de adultos se transformam no decorrer do tempo. A estruturas de significado são quadros de referência baseados na totalidade cultural dos indivíduos e no contexto de suas experiências, influenciando em seu comportamento e interpretação de eventos (MEZIROW 1994; 2000).

Lima (2013) crê que situações de “dilemas conflitantes” (geradas por crises ou mudanças radicais na vida) são os gatilhos para que a transformação de perspectiva progrida para aprendizagem transformadora.

Os esquemas de significado (partes da estrutura de significado) baseiam-se em experiências que podem ser desconstruídas e analisadas de maneira racional. A análise acontece em diversas fases que têm início no dilema conflitante. A partir desta, ocorrerá um auto estudo, relação crítica de suposições, reconhecimento que outros passaram por transformações similares, identificação de novos papéis e linhas de ação, desenvolvimento de um plano de ação, aplicação do mesmo, desenvolvimento de competências e autoconfiança nos novos papéis e retorno às atividades utilizando as bases expostas através das novas perspectivas (MEZIROW 2009).

Silva (2009) aborda o conceito de quadro de referências – formado por pressupostos, crenças, valores e conhecimentos – como parte da experiência acumulada do indivíduo e da organização. Este é parte inicial e fundamental do processo de aprendizagem, baseando associações entre experiências individuais e organizacionais.

De acordo com Mezirow, a aprendizagem transformadora ocorre quando o indivíduo muda seus quadros de referência por meio da reflexão crítica de suposições e crenças, criando e implementando conscientemente planos que utilizem novos significados de “mundo”. O processo de aprendizagem é primordialmente racional, analítico e cognitivo, com uma lógica intrínseca.

O processo de “concepção” é central à reflexão. Quando confrontados com uma situação problemática buscamos definir e entender a questão. Schön (1983, *apud* CLOSS & ANTONELLO, 2008) argumenta que em situações reais os problemas não se apresentam de maneira sintética e clara, mas, cabe aos indivíduos reunir um grupo de situações problemáticas, analisar o contexto e identificar qual o problema central. Defini-lo e decifrá-lo de modo que seja possível organizar a situação e encaminhá-la para a direção correta.

O processo prossegue contínuo e renovando em sua capacidade crítica como bem define Mezirow:

“As there are no fixed truths or totally definitive knowledge, and because circumstances change, the human condition may be best understood as a continuous effort to negotiate contested meanings”. (2000, p.3)

Durante a todo o processo de construção da metodologia, material didático e atuação *in loco* neste experimento aqui relatado, acreditou-se que a educação de jovens deve passar pelo

processo de emancipação intelectual, de confrontos paradigmáticos e reflexão sobre seus conceitos, experiências e valores. Acreditamos que o protagonismo juvenil pelos direitos humanos demanda o protagonismo reflexivo.

3 O ENSINO DOS DIREITOS HUMANOS E O DESPERTAR DO CIDADÃO ATUANTE A PARTIR DA ESCOLA

A Constituição Federal de 1988 é o marco da institucionalização dos direitos humanos no Brasil, estabelecendo o Estado Democrático de Direito e definindo como alguns dos seus fundamentos a dignidade da pessoa humana e cidadania. A educação, segundo a CF/88, é “direito de todos e dever do Estado e da família (...) promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, *seu preparo para o exercício da cidadania* e sua qualificação para o trabalho” (art.205, CF, grifo próprio).

De acordo com o Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda criança e adolescente tem direito à educação visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania. Essa concepção busca efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos, além da defesa socioambiental e da justiça social. Considerando isto, o projeto de extensão Protos adentra o espaço escolar para suscitar nos alunos as temáticas pertinentes para a formação de um jovem protagonista.

A educação em direitos humanos capacita o aluno, dando-lhe condições para a prática da cidadania no cotidiano, além de permitir a experiência da democracia e o enfrentamento de situações de violência e desrespeito ao ser humano. Assim, estimula-se o respeito à dignidade humana, a convivência com a diversidade e estimulando o protagonismo dos indivíduos.

Nesse sentido, importante superar as barreiras do compromisso formal, não deixando esses temas apenas nos textos legais, mas permitindo aos sujeitos assimilar e coloca-los em prática, difundindo atitudes coerentes com os princípios regentes dos direitos humanos; ou seja, realizando materialmente o proposto pelas leis.

Vale salientar que a educação é, por si, um direito humano, como ensinam Fernandes e Paludeto (2010), e assegurá-la não significa somente a possibilidade de acesso à educação, mas também, a qualidade do ensino ofertado. A educação em direitos humanos não é mera instrução transmissora de ideias, mas a inculcação de valores, criando uma cultura de promoção e vivência

dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

De acordo com o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMDH, 2005), a educação contribui para criar uma cultura universal de respeito aos DH, exercitando a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades e assegurar o acesso a participação efetiva na sociedade.

No mesmo sentido, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH, 2006), a escola ocupa posição de destaque no fomento à cultura dos direitos humanos. Através de práticas educativas que os promovam e fortaleçam, contribui para o enfrentamento de todas as formas de discriminação e violação de direitos, formando uma consciência cidadã a ser refletida nos âmbitos políticos, sociais e éticos.

Para Dias (2008), a escola, como espaço de socialização da cultura, constitui um lócus privilegiado para a prática de um conjunto de atividades que, de forma metódica, continuada e sistemática, respondem pela formação inicial da pessoa. Permite-se, assim, que o aluno se posicione frente ao mundo, questionando e exercendo ativamente a cidadania.

Seguindo o PNEDH, a educação em direitos humanos deve ser promovida em três dimensões: I) conhecimentos e habilidades sobre os DH e mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o seu exercício na vida cotidiana; II) valores, atitudes e comportamentos para o seu fortalecimento; III) ações que visem a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Desta forma, no desenvolvimento da formação deste indivíduo, a escola deve favorecer o clima de respeito à diversidade e tolerância, exercitando práticas democráticas, dialogando com os alunos e considerando a pluralidade do pensar, agir e sentir.

4 A EXPERIÊNCIA PROTOS

Este relato de experiência diz respeito ao trabalho desenvolvido por treze estudantes universitários dos cursos de Ciências Jurídicas, Letras e Publicidade, de instituições de ensino superior pública e privada, a partir de projeto aprovado e financiado pelo Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX). Dos treze estudantes selecionados, através do edital, para atuar no projeto, dois são bolsistas e onze são voluntários.

O projeto, intitulado “A Participação dos Jovens na Discussão/Construção da Agenda Internacional de Direitos Humanos”, teve início em abril de 2015 e será concluído em dezembro do mesmo ano. O objetivo consiste em capacitar alunos do ensino médio da rede pública para que desenvolvam um pensamento crítico e, então, participem como cidadãos atuantes do debate sobre os Direitos Humanos.

Para colocar em prática a proposta do edital, os estudantes universitários envolvidos pensaram um programa de ensino que valorizasse o protagonismo juvenil, de modo a construir uma noção acurada sobre direitos e deveres como elementos-chave para o exercício pleno da cidadania. Por conseguinte, criou-se uma marca, denominada “Protos”, para a traduzir a proposta e facilitar o entendimento dos alunos. A palavra, derivada do grego, significa “primeiro” e traz, em seu conceito, o papel do aluno como cidadão, protagonista da luta por sociedades justas e aperfeiçoadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

A escolha das escolas públicas de ensino médio nas quais o projeto seria implantado como disciplina extracurricular, teve como critério a aceitação por parte da direção – a credibilidade depositada nesta proposta de ensino para os direitos humanos e na própria Universidade Federal da Paraíba – e a disponibilidade de horários para o desenvolvimento de dez aulas, que seriam ministradas a cada quinze dias. Assim, duas escolas firmaram parceria com o Protos: o Centro Estadual Experimental de Ensino-Aprendizagem Sesquicentenário e a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Escritor José Lins do Rêgo.

Na primeira escola, Sesquicentenário, o projeto foi aplicado em cinco turmas do 1º ano do Ensino Médio, junto a, aproximadamente, 200 alunos com idades entre 14 e 16 anos. A escola adota métodos de ensino experimentais, que priorizam a participação dos alunos em atividades lúdicas e outras extracurriculares, além de estimular o senso de responsabilidade a partir do seu envolvimento na dinâmica da escola – desde as decisões tomadas pela direção, considerando o voto do grêmio estudantil e da cooperativa, até a divisão de tarefas cotidianas, como a organização do espaço físico da escola para eventos.

Este engajamento é reforçado pela presença da Cooperativa de Ensino de João Pessoa, que atua junto à direção para sanar deficiências gerenciais e financeiras comuns à maioria das

escolas da rede pública. A respeito disso, o Relatório de Auditoria Operacional em Educação¹, com foco na rede estadual de Ensino Médio, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, em 2014, identificou que as deficiências são resultado de uma reunião de fatores, em especial, problemas no repasse de verbas para manutenção de infraestrutura, na capacitação de profissionais e na elaboração e acompanhamento do Projeto Político Pedagógico (PPP).

Na segunda escola, Escritor José Lins do Rêgo, o projeto também ministrou aulas para o 1º ano do Ensino Médio, aproximadamente 70 alunos, divididos em duas turmas. Contudo, nesta escola, a defasagem da aprendizagem e a distorção idade-série eram alarmantes. Os alunos tinham entre 15 e 20 anos de idade e, além de apresentarem diversas carências provenientes desde a educação básica, a maioria encontrava-se desmotivada e suscetível a reprovação escolar devido às notas obtidas nas avaliações de conhecimento. Este quadro pode ser justificado, dentre outros fatores anteriormente citados, pela ausência de uma gestão comprometida e, mesmo, de professores assíduos e melhor capacitados.

4.2 A METODOLOGIA INOVADORA

Tendo em vista dois cenários tão distintos entre si, para metodologia de ensino do Protos, formulou-se uma abordagem pedagógica que observasse as diretrizes do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos² e priorizasse a participação dos alunos no processo de decodificação do aprendizado. No mesmo sentido, compreendendo a necessidade de superar os preconceitos relacionados ao estudo dos Direitos Humanos e estabelecer uma comunicação ajustada à idade dos alunos, a metodologia de ensino e o material desenvolvidos objetivam, primordialmente, atraí-los para uma atmosfera de construção coletiva de conhecimento a partir do debate.

Assim, antes de desenvolver a metodologia de ensino a ser aplicada pelo Protos, os estudantes universitários elegeram os temas a serem abordados nas dez aulas. Esses temas foram: (1) Direitos, deveres e poder: Estado, cidadania e democracia; (2) Direitos Humanos:

¹ A auditoria operacional, realizada em trinta escolas da rede pública da Paraíba, visa analisar a situação do Ensino Médio e identificar dificuldades e oportunidades de aperfeiçoamento nos eixos de infraestrutura, gestão, professores e financiamento. O relatório supracitado está disponível em http://portal.tce.pb.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/relatorio_final.pdf. Acesso out. 2015.

² O PNEHDH (2007) está disponível, como livro digital, em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso out. 2015.

história e Declaração Universal dos Direitos Humanos; (3) Direitos de Liberdade: expressão, opinião, religião; (4) O indivíduo e as diferenças: relações intersubjetivas, discriminações e dignidade da pessoa humana; (5) Direito ao desenvolvimento cultural; (6) Direitos sociais e Educação; (7) Direito ao Trabalho; (8) Direito à Segurança; (9) Direitos Políticos: mobilização social e ferramentas; e (10) Entendendo a ONU.

Para facilitar o entendimento de assuntos complexos, o Protos preparou suas aulas a partir de uma abordagem lúdica, com viagens imaginárias para dez países e épocas distintas, tendo, como guia local, uma figura representativa, que contribuiu na luta por direitos abordados em cada aula. Além disso, priorizou-se uma linguagem descomplicada e o estímulo à participação dos alunos, de modo que não permanecessem na posição de meros receptores, nem rejeitassem o ensino proposto por não conseguirem compreender a sua importância e as suas implicações cotidianas.

Com o objetivo de assessorar esta abordagem, as salas de aula foram equipadas com mapas-múndi, que permitiram a localização do destino visitado, tornando possível a contextualização a partir de suas fronteiras geográficas, bem como a sinalização da passagem da turma pelo local; dessa maneira, ao final do projeto, teremos um panorama geral das viagens realizadas.

Ainda, o Protos elaborou material didático próprio, denominado “Guia do Viajante Curioso”, composto por dez módulos – os alunos recebiam um módulo a cada aula –, com conteúdo teórico, informações turísticas sobre os lugares visitados e sugestões culturais de livros, obras de arte, filmes e músicas relacionadas ao tema da aula.

Para estimular a curiosidade do aluno, a equipe investiu em um design gráfico moderno para o material impresso, linguagem acessível e conteúdo de interesse dos alunos; ainda, antes de cada aula, forneceu informações, como dicas, para que os alunos adivinhassem qual seria a próxima parada na viagem.

Logo, de maneira intuitiva, o Protos seguiu a metodologia de ensino participativa. À medida que buscava provocar o aluno, recorrendo ao seu senso crítico e aproximando as questões dos Direitos Humanos a sua realidade, o projeto passou a construir aulas voltadas à interação entre aluno, orientador e conteúdo, através de debates capazes de aprimorar os conhecimentos recém-adquiridos ou, mesmo, transformar visões previamente estabelecidas e alguns preconceitos.

Consoante o entendimento do Protos, Candau (2008) explica que, por mais que a educação em Direitos Humanos tenha ganhado ênfase no Brasil, especialmente a partir do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, na prática, frequentemente ocorre através da tradicional transmissão de conhecimento, prevenindo que o tema seja tratado em profundidade. Segundo a autora, faz-se necessário problematizar a questão dos Direitos Humanos.

Desse modo, antes mesmo de reconhecer o próprio conceito de metodologia participativa, o Protos a adotou e estruturou as suas aulas com o intuito de basear a construção dos conhecimentos acerca de Direitos Humanos no diálogo e no intercâmbio de experiências. Ao adotar a postura de um orientador distante da autossuficiência intelectual, as aulas foram transformadas em uma espécie de diálogo, transparente e livre de julgamentos, das quais todos participavam dispostos a aprender.

Ao passo que o protagonismo juvenil foi, desde a concepção do projeto, o principal objetivo a ser alcançado, a equipe Protos estabeleceu uma abordagem dos temas que priorizasse o chamamento à responsabilidade. Portanto, para desenvolver o senso de autonomia dos alunos, que precisariam associar o seu desejo de mudança aos seus poderes de reivindicação e ação, as aulas eram, essencialmente, organizadas para a participação, o diálogo e a reflexão.

Através de debates, os alunos tiveram a oportunidade de treinar a escuta tolerante, aprendendo a valorizar as experiências dos colegas e a diversidade de pensamentos, e construir uma consciência de coletivo. Esta abordagem transformadora da aprendizagem, segundo Lima (2013), busca no domínio das relações o substrato para a mudança das bases conceituais.

Candau (2008, p. 290) explica que este empoderamento, resultante da educação em Direitos Humanos, significa educar para “nunca mais”; possibilitando a criação de uma cultura de Direitos Humanos capaz de influenciar “os diferentes âmbitos da vida social”. A autora ressalta que essa educação pode transformar mentalidades, atitudes e comportamentos, culminando em impactos sobre a própria dinâmica do indivíduo que vive em sociedade.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem fundamentado na participação depende da contribuição dos alunos para que tome forma e repercuta. Através da reflexão desenvolvida no processo, o aluno assume a autonomia descrita por Mezirow (2000), sendo capaz de aprender com o seu próprio ato questionador e reformulador.

Por isso, a metodologia aplicada em sala de aula se desdobra da seguinte maneira: (1) os orientadores do projeto partem de uma primeira, e breve, exposição, contando com o apoio de material visual ou audiovisual e o módulo impresso sobre o tema; (2) elaboram um primeiro questionamento, como uma provocação, para que se inicie o debate com a turma; (3) os alunos e os orientadores se pronunciam e, assim, seguem moldando o debate; e, (4) ao final, realiza-se uma reflexão conjunta e a comparação entre as conclusões extraídas a partir do debate e a lógica dos Direitos Humanos instituídos.

Em algumas ocasiões, a turma pode ser dividida em grupos de pessoas – preferencialmente, colegas que não sejam próximos – e é pedido que analisem situações reais, extraídas de notícias ou testemunhos, para, então, discutir soluções. Nas duas possibilidades, que possuem dinâmica própria e estão estreitamente ligadas aos argumentos dos participantes, a alternativa para prevenir a manipulação das discussões é ter a tal lógica dos Direitos Humanos como direcionamento máximo. Assim, em algumas aulas, uma dupla Protos orientou a turma, enquanto, em outras, um grupo maior, com quatro ou oito voluntários, estiveram presentes para participar da dinâmica.

Para reforçar o aprendizado da sala de aula e expandir a discussão no sentido da interdisciplinaridade, a cada aula foram solicitadas atividades não-obrigatórias, que contemplassem produções artísticas, com desenhos e músicas, obras literárias, dissertações, ativismo digital, entre outras.

Ainda sobre a contribuição positiva inerente à abordagem interdisciplinar, o Protos buscou a colaboração de professores engajados no ensino de outras disciplinas, para o estabelecimento de conexões entre os assuntos tratados nas aulas. Além disso, contou com a participação do projeto de extensão Memória João Pessoa, realizado por estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB, para amadurecer o conceito do direito humano à cultura.

Os alunos que demonstraram melhor desempenho e assiduidade foram contemplados com prêmios fornecidos por parceiros como o Instituto Alparagatas, Cinespaço e Aliança Francesa; a saber, materiais esportivos, ingressos e bolsas integrais para o estudo do idioma francês.

Em meio aos processos de elaboração e participação nas aulas, a equipe Protos também experimentou uma aprendizagem própria, identificando sucessos e fracassos, à medida que pesquisava sobre os temas das aulas, investigava as melhores abordagens, os caminhos mais

eficazes para atrair a atenção e envolver os alunos e interagia com eles na construção de soluções, e nas reuniões da equipe para partilhar conclusões e direcionamentos extraídos das experiências em sala de aula.

5 RESULTADOS PARCIAIS

O projeto encaminha-se para a apresentação e aplicação do último módulo, que acontecerá em dezembro de 2015. Ao final, pretende-se a aplicação de questionário com abordagem quantitativa e qualitativa, com o intuito de aferir a transformação da consciência coletiva, do conhecimento sobre os Direitos Humanos, do compromisso e engajamento social dos alunos.

Todavia, já é possível identificar expressões dessas mudanças, através dos discursos e atitudes dos alunos. Um evento organizado pelo Protos, no Sesquicentenário, que contou com o diretor do Instituto Alpargatas, diretoria da escola, representante da Cooperativa de Ensino de João Pessoa, reuniu toda a escola para compartilhar testemunhos sobre a relevância do engajamento social e da solidariedade no processo de transformações de realidades próximas.

A participação dos alunos, que integraram a mesa, demonstrou a importância de fomentar comprometimento e senso de cidadania a partir da educação; além disso, permitiu vislumbrar o impacto que teria uma educação continuada em Direitos Humanos.

Para Brose (2004), os instrumentos participativos – como aqueles adotados pelo Protos – devem, primordialmente, favorecer uma distribuição equitativa de poder. Sobre isso, o convite autêntico e reiterado à contribuição, fortaleceu a autoconfiança dos alunos que, no decorrer do projeto, superaram a insegurança – advinda do desconhecimento ou da própria timidez – e debateram em nível de igualdade, aprendendo sobre estabelecer argumentos refletidos e aceitar pontos de vista contrastantes. Essa dinâmica favoreceu a aprendizagem e suas transformações como fins constantes e bem-vindos.

A oportunidade de utilizar material didático próprio, contextualizado e meticulosamente adequado às propostas do projeto – na analogia ao viajante curioso, inscreveu-se a inquietude do saber melhor, explorar o novo – despontou como ferramenta crucial para motivar os alunos a aprender temas que, até então, confundiam-se entre o óbvio e o incógnito.

As atividades entregues por eles também revelaram o amadurecimento dessa aprendizagem e a dedicação ao estudo dos Direitos Humanos. A variedade de propostas para abordagem dos temas da sala de aula através das atividades realizadas em casa permitiu, a cada um, exercitar seu senso crítico a partir de suas habilidades, preferências e talentos. O objetivo de contemplar a expressão intelectual própria de cada aluno seguiu durante todo o projeto.

Importante ressaltar que o processo de aprendizagem não ocorreu de modo semelhante em ambas as escolas nas quais o Protos desenvolveu suas aulas. Com efeito, o desempenho e o engajamento dos alunos do Sesquicentenário sucedeu de maneira mais homogênea e com maior veemência, enquanto na Escritor José Lins do Rêgo, os alunos apresentaram engajamento exíguo e fragmentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação continuada em Direitos Humanos aliada a uma rica metodologia, posta em prática pela iniciativa Protos, trouxe à tona a importância de implementar o assunto no cotidiano dos estudantes do Ensino Médio. As visões preconcebidas sobre o assunto puderam ser superadas de modo transformador, revelando a importância da reflexão no processo de aprendizagem para os Direitos Humanos.

Preocupados com a consolidação do aprendizado dos alunos, os extensionistas evitaram aulas meramente expositivas, deixando de lado, como anteriormente citada, a ideia de professor depositante e aluno depositado. Sabendo que o ensino da matéria requer reflexão, e que a exposição de conceitos não é suficiente para a aprendizagem efetiva, a metodologia aplicada requer do aluno mais que a mera reprodução de definições; demanda a discussão sobre a concepção exposta.

A abordagem, tem como objetivo formar a consciência dos alunos, através de questionamentos sobre as violações aos direitos humanos, não só no espaço escolar, mas também na comunidade local, nacional e global. O jovem aluno que mantém contato com a legislação pátria e os tratados internacionais de direitos humanos, além de atualizado nas questões políticas nacionais e internacionais, tende a refletir sobre a conjuntura em que vive, criando assim opiniões próprias que influenciarão suas decisões.

Por conseguinte, valorizando a metodologia participativa na aprendizagem transformadora, o Protos entende como essencial a reflexão e o debate, além de exercitar o respeito às opiniões divergentes. As aulas em forma de viagens, com apoio do material didático “Guia do Viajante Curioso”, possibilitaram a criação de um ambiente neutro, lúdico e livre, propício para a o exercício do pensar crítico e criativo.

Finalmente, através das atividades realizadas pelos alunos, evidenciaram-se algumas mudanças de opinião, revelando amadurecimento dos jovens, com vistas à plena cidadania. A proposta do projeto provou-se eficaz no estímulo da autonomia e protagonismo juvenis, razão pela qual pode ser adotada como ferramenta de ensino-aprendizagem em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** – 2000. Disponível em: < <http://hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2015
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução CNE/CEB nº 2/2012.
- BRASIL. Lei nº 8.069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. DOU. 27.09.1990
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. DOU. 23.12.1996
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL, Comitê nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/Unesco, 2006
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Decreto n.7037, 2006.
- BROSE, Markus. **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. In: BITTAR, E. C. B. **Educação e Metodologia para os Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- CLOSS, Lisiane Quadrado; ANTONELLO, Claudia Simone. **Aprendizagem Transformadora: Integrando a Reflexão Crítica na Formação Gerencial**. Gestão.Org, v. Ed, p. 59-69, 2008
- DIAS, Adelaide A. **A escola como espaço de socialização da cultura em Direitos Humanos**. In: ZENAIDE, Maria N. et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. Vol 2. João Pessoa: Edufpb, 2008, p. 157-162
- FERNANDES, Angela V.; PALUDETO, Melina C. **Educação e direitos humanos: 220 desafios para a escola contemporânea**. Cad. CEDES, Campinas, v. 30, n. 81, ago. 2010 p. 233-249
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

LEOPOLDO MERCADO, Luis Paulo; PEREIRA DA COSTA E SILVA NEVES, Yara. *A escola como espaço dos direitos humanos*. In: REJANE RIBEIRO, Mara; RIBEIRO, Getúlio (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos e Diversidade: Diálogos Interdisciplinares**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 199-220.

LIMA, Fabio Bezerra C. **Os vínculos entre os domínios da aprendizagem e a experiência de gerentes de organizações não governamentais**. 2013. 69 f. il. Monografia (Bacharelado em Administração). – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2013.

MEZIROW, J. **Transformative dimensions of adult learning**. San Francisco (USA): Jossey-Bass, 1991.

_____ **Understanding transformative theory**. *Adult Education Quarterly. A Journal of Research and Theory*. Washington, D.C.: American Association for Adult and Continuing Education, v. 44, n. 4, 1994.

_____ **Learning as Transformation: critical perspectives on a theory in progress**. 1ed. - San Francisco (USA): Jossey-Bass, 2000.

_____ **Transformative Learning in Practice: Insights from Community, workplace and higher education** 1st ed. - San Francisco (USA): Jossey-Bass, 2009.

SILVA, A.B. **Como os gerentes aprendem?** São Paulo: Saraiva, 2009